

AS BASES DO PAG [PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO]

I- DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE

O primeiro compromisso do governo do PT é o de construir uma democracia efetiva da maioria, com a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade; é dar origem a um poder que seja expressão da vontade e dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo. Somente assim as profundas mudanças contidas no Plano de Ação de Governo poderão ser viabilizadas.

Neste sentido, realizamos uma crítica profunda à maneira como o Estado está hoje estruturado no Brasil, de forma a garantir a marginalização política e econômica das grandes maiorias. O PT defende a democracia efetiva e não a democracia meramente formal e truncada. Não há democracia se a administração pública é voltada para a proteção dos interesses privados de minorias dominantes, através da corrupção e do desvio dos fundos públicos; se o ordenamento jurídico do País e a atuação do Poder Judiciário têm como referência, permanentemente, a preservação dos privilégios do capital lucrativo, dos monopólios e oligopólios e dos grandes proprietários de terra; se, a despeito da grave situação refletida nos índices de pobreza da população brasileira, os modelos de crescimento econômico adotados privilegiam a acumulação de capital pelas grandes empresas, em detrimento da distribuição de renda; se as Forças Armadas tutelam a ação do Estado; se uma vasta máquina de repressão é acionada de forma permanente contra os trabalhadores; se o sistema de representação parlamentar é profundamente deformado por leis que atentam contra a representação proporcional dos votos dos eleitores, que convivem com todo tipo de corrupção eleitoral e estimulam a completa autonomia dos mandatos.

A defesa de uma democracia real e efetiva apóia-se na convicção, também, de que o socialismo se constrói com democracia, com pluripartidarismo e com ação decisiva dos trabalhadores. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo.

Diversas propostas apresentadas aqui, e outras que serão implementadas pela ação político-administrativa do nosso governo, exigem reformas da atual Constituição. Todo esse programa e cada um dos seus pontos depende, absolutamente, do apoio organizado do povo mobilizado.

1. ESTÍMULO À MAIS AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES DO GOVERNO, CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL SOBRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESA ESTATAIS

- estimular a organização do poder popular, abrindo campo para a auto-organização dos trabalhadores;
- participação dos trabalhadores na gestão das empresas estatais;
- introdução de mecanismos de participação popular na gestão dos serviços públicos, escolas, universidades;

- participação dos trabalhadores e usuários nas decisões e controle da Previdência Social, por meio de diversas formas, entre elas a representação das entidades sindicais;
- incentivo aos mecanismos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis;
- adoção de uma política de defesa dos direitos humanos; restaurar perante a sociedade e a história a memória das vítimas dos órgãos de repressão política; apurar crimes contra os direitos humanos e punir os responsáveis.

2. PROMOÇÃO DA PLENA SOBERANIA DO PODER CIVIL, EXTIÇÃO DA TUTELA MILITAR

No Brasil, a dominação de classe tem, historicamente, na força o seu elemento predominante. Esta característica está expressa, sobretudo, na presença das Forças Armadas no contexto estrutural da sociedade brasileira. Aqui, as Forças Armadas são um órgão autônomo no interior do Estado e exercem um papel tutelar sobre o governo e um poder de intervenção amplo nas decisões do governo, na política nacional e nos mais elementares conflitos sociais.

O problema militar só poderá ser enfrentado com o desenvolvimento de uma consciência democrática na sociedade brasileira e o desencadeamento de uma poderosa pressão social, combinado com a extensão dos direitos civis aos militares e com a elaboração de uma nova visão militar. Dele constarão as seguintes medidas:

A- REDEFINIÇÃO DO PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS:

As Forças Armadas estarão rigorosamente subordinadas ao Poder Civil, representado pela Presidência da República, pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal. Às Forças Armadas competirá a tarefa de cuidar da defesa externa. Para tanto, o PT encaminhará projeto de emenda à Constituição. Será proibido o emprego das Forças Armadas na repressão às greves e mobilizações do povo;

B- DESMILITARIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Os critérios de criação ou ocupação de cargos da esfera pública civil, inclusive dos escalões dirigentes das empresas estatais, serão revistos, para eliminar a distorção introduzida no período autoritário, que adotou critérios militares para criação ou ocupação de cargos da esfera pública civil;

C- CRIAÇÃO DE UM MINISTÉRIO DA DEFESA:

Esta medida se justifica por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque a existência de seis ministérios militares só encontra amparo no quadro de autonomia e tutela das Forças Armadas e de extensão das suas funções para a vida civil. Em segundo lugar, porque a existência de um ministério militar para cada arma e mais um para o Estado-Maior se fundamenta numa concepção estratégica militar

obsoleta. No mundo moderno, qualquer ação de vulto deve processar-se, necessariamente, como uma ação integrada, quer dizer, envolver operações por terra, mar e ar – de Exército, Marinha e Aeronáutica. Portanto, a criação do Ministério da Defesa é mais eficaz para a defesa externa;

D- EXTINÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL:

O Conselho de Defesa Nacional, sucedâneo do Conselho de Segurança Nacional, é um superórgão de Estado, que confere institucionalidade à intervenção militar nos assuntos do governo;

E- Eliminação do Estado de Defesa:

Este dispositivo é uma excrescência do chamado entulho autoritário na atual Constituição. É uma espécie de combinação mal disfarçada do Estado de Emergência e das Medidas de Emergência constantes da Carta Constitucional outorgada pela Ditadura;

F- EXTINÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES:

O SNI é, essencialmente, um órgão de espionagem política e policialismo, que integra no seu sistema inclusive órgãos de informação do Exército (CIEX), Marinha (Cenimar) e Aeronáutica (CISA). O governo do PT assume, claramente, o compromisso de desmantelar todos os organismos de repressão político-civil e/ou militar ainda existentes desde o Regime Militar. No governo do PT, as Forças Armadas terão, junto ao Ministério da Defesa, um e somente um órgão de informação, que vise exclusivamente a defesa do território nacional, em termos estritamente militares. Assim, será extinto o Serviço Nacional de Informações e serão apurados os recentes atentados terroristas e punidos seus responsáveis;

G- EXTINÇÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E CRIAÇÃO DO SERVIÇO COMUNITÁRIO:

A obrigatoriedade do Serviço Militar tem, hoje, uma dupla função, de tornar todo jovem um militar em potencial, mesmo contra a sua vontade, e dar-lhe uma formação conservadora. A obrigatoriedade do serviço militar deve ser eliminada e substituída pela criação do Serviço Comunitário para ambos os sexos, assegurada a opção pelo Serviço Militar;

H- NOVA FORMAÇÃO DOS MILITARES:

A atual sistemática da formação militar, circunscrita às escolas profissionais, se baseia em um currículo conservador, corporativista e antidemocrático. Impõe-se criar um novo sistema baseado na separação entre a formação de caráter geral e a profissional. A primeira, atribuição do sistema regular de ensino e a segunda, das escolas especificamente militares;

I- EXTENSÃO DOS DIREITOS DE CIDADÃOS AOS MILITARES:

Uma concepção democrática exigirá que se assegure o direito de voto, filiação partidária e de elegibilidade pleno aos militares, inclusive aos marinheiros e soldados. O direito de associação e expressão será garantido, tendo as polícias militares direito à sindicalização;

J- EXTINÇÃO DA SUBORDINAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS:

Uma outra manifestação sobrevivente do entulho autoritário localiza-se na subordinação das polícias militares e corpos de bombeiros ao Exército. Esta subordinação transforma tais corporações em elementos auxiliares das Forças Armadas, que, deste modo, superpõem sua autoridade aos governos estaduais. Cabe, portanto, eliminar essa excrescência;

K- REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E CARREIRAS MILITARES:

A atribuição de um novo papel às Forças Armadas e a mudança de sua relação com a sociedade demandarão uma ampla transformação organizacional das instituições militares;

L- PROJETOS MILITARES:

Todo esse conjunto de mudanças exigirá uma redefinição global dos projetos militares – ou tidos como tais – em discussão, já aprovados ou em processo de aplicação pelas Forças Armadas. Esses projetos expressam o status atual das instituições militares, seu papel, sua doutrina, sua relação com a sociedade e com o conjunto do Estado. O procedimento correto para que a redefinição se efetive será a discussão democrática dos mesmos, tendo como pressuposto o controle do governo e do Congresso Nacional;

M- INDÚSTRIA BÉLICA:

Neste aspecto, o que o PT propõe é uma ampla reavaliação a respeito deste ramo de atividade. Mas, desde já, afirma uma posição favorável ao seu controle pelo governo e pelo Congresso Nacional, dada a natureza militar do mesmo. Propugna, além disso, a passagem da questão nuclear para a gestão efetiva do Poder Civil e uma decisão peremptoriamente contrária à produção da bomba nuclear. A construção de reatores nucleares para propulsão naval não é prioritária nas atuais condições do País, devendo ser objeto de consulta pública, como toda política nuclear;

N- ORÇAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS:

A redefinição, igualmente necessária, dos orçamentos militares terá como corolário a sua transparência, o respeito aos procedimentos democráticos, a proibição de programas e adoções orçamentárias secretas ou dissimuladas sob outras rubricas sem conhecimento do Congresso Nacional e a subordinação dos gastos militares às disponibilidades de recursos e ao desenvolvimento econômico do País.

3. REFORMAS DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL E DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR

Eliminação da desigualdade do voto na representação da cidadania, através da proporcionalidade idêntica para todo o País na composição da Câmara Federal.

4. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

- unificação de todo o controle da política de comunicação social num Conselho de Comunicação Social, independente e autônomo, inclusive quanto ao sistema de concessões de rádio e TV. O Conselho deve ser integrado por trabalhadores da área (jornais, agências de publicidade, rádios, TV) e centrais sindicais, democraticamente eleitos;
- as rádios e TV só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis sem fins lucrativos;
- o governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e o oligopólio da área de comunicação social;
- apoiar a criação de canais de comunicação próprios das organizações populares.

5. DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Reorganização da Justiça de primeira e segunda instâncias, com nova ordenação dos tribunais superiores, visando a aproximação da Justiça e do povo, promovendo, nesse sentido, a gratuidade de seus serviços para os mais carentes e o seu barateamento para o conjunto da população.

6. INCENTIVO À CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL SOBRE A CIDADANIA

- ampliação dos mecanismos de controle e fiscalização social sobre a produção;
- reestruturação dos órgãos administrativos incumbidos das ações de preservação, fiscalização, denúncia e repressão ao abuso do poder econômico;
- estabelecimento de formas de negociação e controle de mercados, abarcando preços, distribuição e margens de lucro, envolvendo consumidores, produtores, distribuidores e o governo;
- incentivo à auto-organização dos consumidores;
- garantia da livre organização dos trabalhadores nas empresas, de formação de conselhos de empresas e de acesso à contabilidade, participação na gestão, direito de controle sobre a política trabalhista e sobre o processo de produção.

II- O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os pressupostos do novo modelo, que deverão orientar o conjunto de políticas específicas a serem implementadas, são os seguintes:

a- mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente, opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlado pelos monopólios e pelos latifúndios;

b- subordinação da propriedade privada dos meios de produção e distribuição aos objetivos sociais da atividade econômica;

c- rompimento dos laços de dependência financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional;

d- mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica, mantendo o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia;

e- distribuição de renda com vistas à erradicação da miséria absoluta, redução das desigualdades regionais a ampla difusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, com busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores;

f- desenvolvimento voltado para as necessidades do povo brasileiro;

g- nova qualidade do progresso, com valorização da vida, do bem-estar e do meio ambiente.

Assumindo as diversidades regionais, o Governo Lula buscará superar as dificuldades sociais, criando condições para a superação dessas dificuldades num processo que se reflita não apenas no planejamento e distribuição das rendas, mas, principalmente, na discussão aberta de que papel desempenharão as regiões diversificadas.

Com base nesses pressupostos, o governo democrático-popular buscará reorientar a vida econômica do País através das políticas específicas.

1. POLÍTICA DE RENDAS

O nosso governo romperá frontalmente com a prática, usual em nosso país, de subordinar a distribuição de rendas aos problemas conjunturais ou aos objetivos gerais de política econômica. Ao contrário, para nós, o objetivo de desconcentrar a riqueza e elevar o padrão de vida dos brasileiros ocupa lugar decisivo na formulação do conjunto da política econômica.

Sabemos, contudo, que não se trata de objetivo fácil. Uma alteração brusca e mal avaliada dos níveis salariais poderá gerar, facilmente, desequilíbrios na economia, de que se aproveitarão os capitalistas para sabotar os objetivos do governo, de variadas formas. Em função desta preocupação, nossa política de rendas será:

a- gradual, para permitir a melhor articulação possível com as outras políticas econômicas;

b- ofensiva, para que os trabalhadores não tenham dúvida de que em nosso governo suas condições de vida serão alteradas qualitativamente;

c- transparente, para que o conjunto dos agentes produtivos possam se preparar para o perfil de consumo que a nova distribuição de renda irá gerar num horizonte de tempo previsível.

A nova distribuição de renda será perseguida por meio de políticas diretas e indiretas. As políticas diretas são as que podem atingir diretamente a renda dos trabalhadores: primeiro, elevação gradual e permanente do salário mínimo real, tendo como ponto de honra buscar assegurar o fixado pelo Dieese; segundo, contrato coletivo de trabalho articulado em nível nacional, regional, estadual e municipal, com o objetivo, entre outros, de assegurar a reposição das perdas salariais causadas pelos Planos Bresser e Verão, introduzidas a correção mensal dos salários, segundo o índice do Dieese, e a estabilidade no emprego. Não apenas para definir os salários, mas também para regulamentar democraticamente as relações de trabalho e garantir a participação dos trabalhadores nas definições gerais da política econômica; terceiro, medidas de controle do governo para impedir a rotatividade da mão-de-obra com que os capitalistas buscam reverter as conquistas dos trabalhadores; quarto, estender a cobertura do seguro-desemprego e elevar o valor.

As políticas são tão ou mais importantes que as medidas diretas. A primeira delas consiste na ampliação das políticas sociais de educação, saúde, transportes, habitação, saneamento etc., democratizando as prioridades e ampliando sua abrangência; segundo, é necessário implantar urgentemente uma política de preços, com mecanismos democráticos de administração dos mercados, para impedir que o poder dos grandes capitalistas acabe por reverter, por meio da inflação e da desorganização do abastecimento, os avanços conseguidos; terceiro, deve-se repensar a política de salário-família, procurando proteger de fato os trabalhadores mais carentes; quarto, definir uma política previdenciária mais justa, para assegurar aos trabalhadores aposentados um fluxo de renda compatível com suas contribuições previdenciárias prévias.

Assim, a concepção de política de rendas é mais ampla que a necessária elevação dos salários mais baixos. Deve ter um caráter de universalidade, incluindo diferentes mecanismos capazes de romper com a lógica atual de marginalização e exclusão, articulando as demais políticas voltadas para a implementação de um novo modelo de crescimento econômico e para a conquista de uma nova qualidade de vida para os brasileiros.

2. MUDANÇA NO PAPEL DO ESTADO, COM A RECUPERAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO DA VIDA ECONÔMICA

O Estado brasileiro se encontra, atualmente, paralisado por uma crise financeira, resultado das políticas de favorecimento ao setor privado, responsáveis pela excelente situação financeira de boa parte das grandes empresas e dos capitalistas em geral. A arrecadação tributária líquida encontra-se em níveis muito baixos, reflexo dos favorecimentos e transferências ao setor privado, bem como do elevado montante de juros pagos pelas dívidas interna e externa. A máquina administrativa encontra-se deformada pelo empreguismo e pelo clientelismo, enquanto a ciranda financeira mina os recursos do Tesouro.

A política do governo democrático-popular para o setor público passa pela desprivatização do aparelho estatal, com a desmontagem das máquinas de corrupção e favorecimento. Esse é um pré-requisito para a reconstituição do espaço da atividade pública, com a recuperação do planejamento do poder de regulação e orientação da economia. O Estado deve ser capaz de articular o conjunto da política econômica, para garantir o objetivo de distribuição de renda e modernização.

Na área de política fiscal, as providências imediatas terão duas direções básicas:

a- revisão profunda de todo o sistema de subsídios e isenções ao setor privado, com vistas a reduzi-los drasticamente; deverão se manter apenas os que estejam de acordo com os objetivos da nova política econômica, podendo-se adotar normas diferenciadas de acordo com o porte econômico dos beneficiados ou segundo critérios sociais ou regionais; em todo e qualquer caso, sempre acompanhados de avaliação criteriosa e transparência, com identificação clara dos beneficiados e dos custos para o Tesouro;

b- combate à sonegação, com intensificação da fiscalização e do controle, ao lado de estímulos à legalização das atividades hoje desenvolvidas na chamada economia informal.

Nesta primeira etapa, portanto, a tônica da política fiscal se concentrará em corrigir seus desvios mais aberrantes e fechar seus vazamentos. Ao mesmo tempo, o novo governo preparará uma ampla correção do sistema tributário, voltado para: reduzir a sobretributação do trabalho em relação ao capital; elevar a tributação sobre as grandes empresas prestadoras de serviço e sobre os grandes produtores agropecuários.

Em relação à dívida pública, o novo governo não permitirá que grandes empresas e correntistas continuem lucrando na ciranda financeira às custas dos recursos do Tesouro. A suspensão dos pagamentos da dívida externa, de que trataremos mais adiante, permitirá um alívio considerável à atual situação em que o Tesouro e o Banco Central são obrigados a emitir dinheiro continuamente, para comprar as divisas geradas pelo setor privado exportador. Além disto, os incentivos ao crescimento da economia e a retomada da atividade produtiva criarão estímulo para que parte do dinheiro hoje mantido no curtíssimo prazo se direcione a estas atividades. Claro que apenas isto não será suficiente, mas criará condições favoráveis para que o novo governo possa enfrentar a pressão dos grandes grupos econômicos e correntistas, que hoje mantêm o Banco Central como verdadeiro refém dos seus interesses. Ou seja, será possível levar a cabo uma política de redução dos juros pagos no curtíssimo prazo sem o risco de evasão do dinheiro para atividades especulativas, combinando-se medidas de controle e estímulo à atividade produtiva. Ao mesmo tempo, procurará levar os grandes grupos e correntistas a adquirirem títulos de prazo mais longo, para facilitar a desconcentração da dívida, reduzindo-se a pressão sobre o Tesouro.

O setor produtivo estatal continuará em poder do Estado, como instrumento privilegiado de regulação da atividade econômica e de implementação do novo modelo de crescimento. No mesmo sentido, o governo deve rever os processos das privatizações já efetivadas.

As dificuldades por que passam muitas empresas estatais resultam na deterioração de sua situação financeira, por conta do peso do endividamento irracional dos últimos anos, muitas vezes determinado pela política de privilegiar os pagamentos da dívida externa.

O novo governo cuidará da eficiência administrativa destas empresas, desmontando os mecanismos de favorecimento ao setor privado, embutidos em políticas de preços e tarifas artificialmente baixos, favorecimentos a grupos por meio de cartórios, fornecimento de produtos ou compra etc. Procurará democratizar a gestão das estatais. Garantirá a livre organização dos trabalhadores nas empresas, a formação de conselhos, o acesso à contabilidade, a participação na gestão, o direito de controle sobre a política trabalhista e sobre o processo de produção. Ainda em relação às estatais, o governo dará plena transparência dos seus objetivos e submeterá à avaliação pública os seus resultados e políticas de produção, investimento e preços.

No que se refere à administração direta, o governo democrático-popular procurará, de imediato, valorizar o trabalho do servidor público, remunerando adequadamente a quem trabalha e punindo com firmeza todos aqueles que desfrutam de privilégios ou não correspondem às suas funções. Ao mesmo tempo, tratará de realocar funcionários para as áreas de serviço público, que serão ampliadas para atender a políticas sociais, enquanto preparará uma reforma administrativa de maior profundidade, com vistas a modernizar e profissionalizar o serviço público.

3. SISTEMA FINANCEIRO

O gerenciamento do sistema financeiro deve objetivar a correção das distorções que vêm se acumulando nos últimos anos, em especial o caráter parasitário do sistema bancário privado, capaz de obter superlucros continuamente, sem atender a sua função básica de financiar a atividade produtiva e o investimento. Para isso, o governo democrático-popular aumentará seu controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar, inclusive, à estatização.

Para isso, será utilizado o setor bancário estatal (BB, CEF, BNDES), para forçar o sistema privado a se adaptar às orientações propostas, utilizando ativamente variadas opções de aplicação de recursos e de créditos. Serão eliminados, de imediato, todos os incentivos e vantagens existentes, como custos reduzidos de telecomunicações, ganhos com recolhimento de tributos etc. Grande ênfase terá a recuperação do papel fiscalizador e disciplinador do Banco Central.

4. CONTRA O PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA

O PT considera que a dívida externa do Brasil, além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossa economia e que as políticas econômicas impostas pelo FMI e pelos banqueiros internacionais são responsáveis, em grande parte, pela miséria dos povos do Brasil e do continente latino-americano. Por isso, o PT se posiciona claramente contra o pagamento da dívida externa. O

Governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação de legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma conferência internacional dos países devedores, para adoção de uma estratégia comum de ação. O PT tem claro que somente com a mobilização popular será possível sustentar e aprofundar a luta contra o FMI, contra o imperialismo e a dívida externa.

Realização de um plebiscito sobre a questão da dívida externa, com o objetivo de impulsionar um amplo movimento de sustentação de massa da nossa posição contra seu pagamento.

5. CAPITAL ESTRANGEIRO

A presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve-se subordinar às prioridades da política econômica. Sempre se procurará privilegiar a transferência da tecnologia e atuação em áreas julgadas prioritárias pelo novo governo.

Será mantida a distinção entre empresas de capital nacional e estrangeiras da Constituição, para fins de acesso a fundos públicos e atuação em áreas estratégicas.

As grandes empresas de capital estrangeiro serão objeto de ação de controle da sua atividade, da mesma forma que os oligopólios de capital brasileiro, no que se refere a política de preços, geração de tecnologia, relacionamento com o mercado consumidor e fornecedor etc. Nos setores dominados por oligopólios de capital estrangeiro, será exercido controle particular no que se refere à transferência de tecnologia, utilização de insumos importados etc.

Serão adotadas medidas destinadas a conter a fuga de capitais, especialmente remessas de lucros disfarçadas sob a forma de pagamento de royalties, superfaturamento na importação de insumos e subfaturamento de exportações. Para tanto, o governo poderá recorrer à centralização do câmbio e do comércio exterior.

6. UM PROGRAMA DE EMERGÊNCIA

Será preciso definir, para os primeiros meses do novo governo, um programa econômico de emergência, voltado para abrir caminho para os objetivos de médio e longo prazo, enfrentar as dificuldades iniciais e oferecer as respostas possíveis aos anseios mais imediatos dos trabalhadores. O detalhamento deste programa deverá ser feito de acordo com a realidade concreta do momento.

III– PROGRAMA AGRÁRIO

O Programa Agrário do PAG tem dois grandes eixos: o plano agrário, marcadamente antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária, e o plano de política agrícola, que defende um modelo de produção agrícola democrático e popular.

A reforma que o PT defende deverá ser realizada sob o controle dos trabalhadores.

Os objetivos e medidas para o Programa Agrário estão descritos no documento do PAG, devendo ser considerada como questão mais polêmica a limitação da Constituição Federal à desapropriação para fins de reforma agrária, que não pode ser promovida em relação à propriedade produtiva.

Para essa questão, as propostas do PAG apresentam duas formas de enfrentamento:

1. *Revisão da Constituição Federal*, na parte que declara a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação. No terreno legislativo, o governo do PT ainda proporá:

a- fixação de um tamanho máximo para as propriedades fundiárias, particulares, considerando um enquadramento modular para cada região, tipo de produção e do conjunto das propriedades de cada proprietário, com a desapropriação das áreas que excedam esse limite;

b- regulamentação dos contratos de arrendamento por lavradores de terras de grandes propriedades, com a limitação de até 15% do resultado líquido da produção para pagamento devido ao proprietário, sendo as benfeitorias realizadas indenizadas segundo seu valor de mercado;

c- taxaçoão progressiva sobre as grandes propriedades rurais e efetiva cobrança do imposto, como forma de combater a concentração fundiária;

d- regulamentação dos bens vagos arrecadados pelos estados, territórios e Distrito Federal;

e- proibição da aquisição de terras por pessoas jurídicas estrangeiras.

2. *Independentemente de qualquer revisão* da atual Constituição ou da legislação ordinária, o governo do PT deverá promover a reforma agrária com base nos seguintes parâmetros:

a- desapropriação de imóveis rurais improdutivoos, como tais considerados os que não cumpram a sua função social, ou seja (com base na legislação em vigor), os que não tenham grau de utilização de terra igual ou superior a 80%, grau de eficiência de exploração igual ou superior a 100% e aqueles cujos proprietários não cumprem a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra;

b- pagamento das indenizações em Títulos da Dívida Agrária, com prazo de 20 anos e início do pagamento no 5º ano, ficando o pagamento subordinado à apuração e dedução de débitos do ITR e à pesquisa sobre a legitimidade dos títulos da propriedade;

c- arrecadação, sem indenização, das terras pertencentes às empresas multinacionais, adquiridas em fraude à legislação que proíbe a sua aquisição;

d- regularização e solução dos atuais conflitos de terra, com a desapropriação das áreas neles envolvidas;

e- desapropriações orientadas para propriedades acima de 50 módulos regionais rurais;

f- reversão ao patrimônio da União, e sua destinação para a reforma agrária, de todas as áreas públicas federais indevidamente regularizadas e/ou licitadas em

nome de terceiros, bem como de todas as áreas públicas objeto de doações, vendas e concessões declaradas como irregulares pelo Congresso Nacional;

g- arrecadação, sem indenização, após julgamento, das terras pertencentes a assassinos de trabalhadores rurais e de mandantes em caso de conflitos pela posse da terra, bem como das terras daqueles proprietários de imóveis que mantêm trabalho escravo no seu interior;

h- efetuar o levantamento de todas as áreas desapropriadas, objetivando constatar a real situação das mesmas, para definição de novas políticas voltadas para a emancipação política e econômica dos assentados;

i- comissão para levantar todos os assassinatos cometidos contra os lavradores, levantando os nomes dos mandantes, executores, situação das famílias das vítimas, agilizando os processos de apuração da violência, buscando ainda formas de reparação às famílias vitimadas.

IV- CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES – MULHERES

POR UM BRASIL DE HOMENS E MULHERES LIVRES E IGUAIS

O PT reconhece a discriminação que sofrem as mulheres na sociedade brasileira. Entende que, além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis e se expressa em todas as esferas, econômica, política, social e ideológica. É por isso que a eliminação das discriminações das mulheres não pode ser resolvida apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas públicas, que ataquem diretamente as formas de discriminação e da opressão.

Porque a discriminação das mulheres se manifesta nas várias esferas da vida social e cultural, ela deve ser enfrentada também nas diretrizes gerais que norteiam a política do PT.

Os objetivos deste programa são dois:

1- a igualdade econômica e social de homens e mulheres na sociedade brasileira;

2- a plena cidadania cultural e política de homens e mulheres.

METAS E DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE IGUALDADE

Se a sociedade brasileira é marcada pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e pela exclusão cultural e política das massas populares, as mulheres, e principalmente as mulheres negras, se encontram, invariavelmente, entre os grupos mais penalizados.

Em 1984, 70 mil mulheres brasileiras morreram de parto e aborto por falta de atenção médica, e 44,4% das mulheres brasileiras são esterilizadas; seu corpo é posto sob o controle dos interesses estratégicos que visam a diminuição das populações do Terceiro Mundo.

As mulheres são discriminadas também no mercado de trabalho: 58% delas ganham entre 0 e 1 salário mínimo, enquanto 33,8% dos homens estão nesta faixa. Apenas 7,2% das mulheres ganham mais de 5 salários mínimos, enquanto 16,5% dos homens recebem este salário.

Na educação, a discriminação maior recai sobre as mulheres negras e mestiças: 48,6% das negras e 47,8% das mestiças têm menos de um ano de estudo.

A cidadania das mulheres ainda é e continuará sendo de segunda categoria, enquanto milhares de mulheres forem espancadas em suas próprias casas, estupradas e desrespeitadas nas ruas e no trabalho. Nem mesmo os direitos assegurados pela Constituição são respeitados, e as trabalhadoras vêm sofrendo perseguições através da exigência de controle da fertilidade.

O reconhecimento desta desigualdade coloca para o PT o desafio de buscar, por intermédio das políticas sociais, os mecanismos que permitam às mulheres igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, na educação profissional e na vida social.

As formas da discriminação e da desigualdade que penalizam as mulheres colocam a necessidade de pensar uma democratização radical do Estado e o fortalecimento da participação popular, que inclua também a participação política das mulheres na formulação das políticas públicas, através de um organismo de articulação destas políticas e por meio de incentivos e metas que apontem a necessidade de participação das mulheres em todas as instâncias administrativas e políticas da sociedade brasileira.

Enquanto os mecanismos de reprodução da discriminação que sofrem as mulheres não forem objeto de uma política que integre a luta contra a discriminação a todos os níveis de atuação do governo não haverá democracia.

Por isso, o programa do PT, hoje, refletindo as experiências dos movimentos de mulheres nestes últimos anos no Brasil, entende que a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira é um dos objetivos principais e gerais de seu programa, que será implementado por meio de suas políticas sociais, articulado por um organismo federal.

CINCO METAS PARA A IGUALDADE

1- TRABALHO DOMÉSTICO, TRABALHO ASSALARIADO E MERCADO DE TRABALHO

Desenvolvimento e incentivos a programas, em nível federal, estadual e municipal, para criar equipamentos sociais (creches, restaurantes, lavanderias etc.) para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade. Punição de toda discriminação de sexo, orientação sexual, cor, idade, estado civil no trabalho e aplicação dos direitos trabalhistas integrais das mulheres trabalhadoras, das gestantes, das domésticas e das trabalhadoras rurais. Promoção de políticas que visem a profissionalização das mulheres e assegurem o acesso ao mercado de trabalho, sem restrições de profissões ou de postos, e a igualdade na qualificação de seu trabalho e no salário.

2- SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS

Implantação de uma política de saúde para a mulher, que envolva todas as fases de sua vida, integrando a sexualidade, menstruação, prevenção do câncer, fertilidade, gestação ou interrupção da gravidez. Garantia do direito a optar pela maternidade e do acesso à contracepção, através de métodos não-nocivos à saúde, proibindo-se aqueles métodos já condenados e estimulando-se a pesquisa científica de novos métodos contraceptivos, femininos e masculinos. Normatização e fiscalização da esterilização, para evitar esterilização massiva e indiscriminada das mulheres. Assistência obrigatória, na rede pública de saúde, para os casos de aborto previstos em lei.

Implantação de medidas que reduzam radicalmente a mortalidade materna, causada pela deficiência de atendimento à gestação, parto e aborto.

Desencadear iniciativas para o estabelecimento de legislação que amplie o direito de interrupção de uma gravidez indesejada.

3- DEFESA DAS MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA

Promoção de medidas que garantam a defesa e a segurança das mulheres contra a violência, por meio da criação e ampliação de serviços de atendimento jurídico e psicológico, delegacias de atendimento especializado e abrigos para as mulheres vítimas de violência. Promoção de políticas preventivas junto à população, apontando o caráter sexista da violência pública e privada contra as mulheres.

4- UMA EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA

Promoção de políticas visando eliminar os preconceitos e estereótipos sexuais e raciais na educação. Garantir às mulheres acesso à formação profissional, fornecendo condições para a sua plena participação profissional, política e social nas áreas urbanas e rurais.

5- ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL: UM MINISTÉRIO OU SECRETARIA ESPECIAL

É papel do governo democrático-popular definir prioridades na elaboração de políticas públicas que combatam a discriminação das mulheres. O governo do PT deverá criar um organismo – Ministério ou Secretaria Especial – que tenha poder e atribuições para formular, executar e coordenar, com outras instâncias federais, as políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

V- NEGROS

A elaboração das políticas sociais para a população negra, a ser praticada pelo governo do PT, se baseará nos seguintes princípios:

a- respeito à autonomia do movimento negro;

b- apoio à organização autônoma da população negra, à sua cultura e às suas lutas;

c- apoio às lutas dos povos oprimidos da África, dos negros da Diáspora e o repúdio aos países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação; reorientação das prioridades da política externa em relação ao continente africano;

d- a definição de políticas especiais dirigidas à população negra, que acionem mecanismos de mobilidade social visando a promoção diferencial deste segmento, a saber:

- assegurar, por meio de leis e fiscalização, o combate ao racismo no trabalho;
- assegurar que a elaboração dos currículos escolares contemple e respeite as diferentes etnias que conformam a população brasileira;
- assegurar, por meio de leis, a fiscalização rigorosa e o combate à veiculação de preconceito de qualquer tipo por intermédio dos meios de comunicação social;
- preservar, zelar e fomentar a produção cultural e o patrimônio artístico e histórico da participação do negro na sociedade brasileira;
- criar um programa especial de combate ao racismo, desenvolvendo campanhas educativas permanentes;
- criar, no âmbito de cada Ministério, grupos de trabalho com o objetivo de diagnosticar, propor e subsidiar medidas governamentais de combate ao racismo. Estes grupos deverão atuar sob a coordenação de um órgão vinculado à Presidência da República;
- democratizar, reequipar e reordenar a atuação da Fundação Cultural Palmares, colocando-a a serviço do fomento e da produção cultural de origem africana.

VI- POLÍTICA DE TRANSPORTES

1- *Dar prioridade ao transporte público de passageiros* na alocação de recursos da área, direcionando sua aplicação, nos investimentos e custeios, segundo definição de um Plano Nacional de Transporte Público.

2- *Criar um Conselho de Transportes*, formado por órgãos municipais, estaduais e federais, entidades populares e de trabalhadores que atuem sobre as questões de transportes (associações de usuários, SABES, sindicatos de trabalhadores de transportes, sindicatos de profissionais liberais e outras entidades congêneres), para participar da definição da política de transporte em nível nacional e da elaboração de Plano Nacional de Transporte Público.

3- *Incentivar medidas de controle público* sobre os serviços de transporte, através do apoio às ações dos poderes municipais e estaduais, na direção da estatização do serviço, tais como, a implantação de receita pública, contratação por quilômetro rodado, frota pública, controle popular, integração física e tarifária dos sistemas etc. O objetivo será a estatização dos transportes urbanos.

4- *Incentivar a construção* de vias alimentadoras de transporte coletivo, corredores estruturais, acesso viário, terminais, abrigos, sinalização para os transportes coletivos. Esse incentivo pode ser feito, principalmente, através do Fundo de Transportes, mas também utilizando-se da isenção de impostos sobre ônibus e

óleo diesel para as empresas públicas operadoras de transportes. Isso deve ser feito ao mesmo tempo que fica proibido todo e qualquer subsídio às empresas privadas do setor.

5- *Incentivar outros sistemas* de transportes de massas, como o metrô e o transporte fluvial.

6- *Buscar a viabilização de uma tarifa social* para o transporte público urbano.

VII- SAÚDE

Para o PT, os problemas de saúde não se resolvem só com assistência médica, remédios e hospitais, como quer fazer crer o atual modelo de atenção à saúde. Temos que compreender saúde como resultado do atual modo de organização social da produção, que gera condições desiguais e inaceitáveis de vida, trabalho, doença e morte. A partir desta concepção, o PAG do PT para a saúde articula-se às demais políticas sociais, econômicas e ambientais, como habitação, educação, reforma agrária e saneamento, não se esgotando em medidas racionalizadoras ou de extensão de cobertura (aumento do número de serviços para maior atendimento à população).

Cabe ao PAG resgatar a noção de saúde como direito de todos e dever do Estado, imprimindo uma marca própria à construção do Sistema Único de Saúde (SUS), estatizado e sob controle popular, [tendo como eixos] centrais a melhoria da qualidade dos serviços, o respeito aos direitos dos usuários, a eficácia e a universalização da atenção à saúde (acesso igual para todos), buscada no enfrentamento das desigualdades sociais.

O setor privado, que se construiu e se mantém financiado pelo setor público, deve ser tratado com o máximo rigor. Devem ser imediatamente estatizados todos os serviços, hospitais, indústria farmacêutica e de equipamentos considerados estratégicos para a construção do SUS. conveniados ou não, devem ser mantidos sob rigoroso controle público. Entendem-se como estratégicos os serviços que são vitais para o funcionamento do sistema de saúde e que devem ser estatizados num primeiro momento, na medida em que não existam serviços públicos que possam proporcionar a cobertura relativa aos mesmos. Entendem-se como serviços essenciais aqueles que são fundamentais para o sistema, mas que não seria possível estatizar num primeiro momento.

Deve ser fortemente estimulada, recuperada e expandida a rede pública, dentro de uma nova lógica, especialmente a partir das regiões mais carentes e desassistidas. Isso inclui ainda o estímulo à produção estatal de medicamentos, equipamentos e insumos essenciais e uma política de recursos humanos articulada à transformação do sistema, com acesso por concurso público, plano único de cargos, carreira e salários e educação continuada em serviço. Por último, dentro de uma concepção de atenção integral à saúde, o novo modelo deve ser estimulado por programas específicos (Saúde do Trabalhador, da Mulher, Saúde Bucal, Mental etc.) e controlado pela população em todos os seus níveis.

VIII- POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A realidade educacional do Brasil é caracterizada pela estratificação e exclusão social.

As práticas do clientelismo, da vigência de subsídios e da política de verbas públicas à rede privada cresceram e transformaram-se em verdadeiro mercado educacional. A estrutura estatal assegurou que a educação servisse, desta forma, à acumulação de capital.

A escola brasileira ainda tem caráter excludente e antidemocrático, por isso precisamos construir uma escola pública popular, quanto ao seu acesso, permanência e conclusão, e quanto à sua gestão, garantidas a competência e a boa qualidade. Uma escola construída como projeto a curto, médio e longo prazos, mobilizadora da sociedade, espaço de formação política e cultural, transformadora e construtora do conhecimento.

O ato humano de educar não só se dá no trabalho pedagógico da e na escola, mas também no ato de lutar em todos os espaços sociais por outro tipo de escola, por melhores condições de vida, por outra sociedade.

Partindo dessa compreensão, propomos as seguintes medidas governamentais:

1. *Ampliação da rede pública.* A meta prioritária é torná-la, em todos os níveis, exclusiva no prazo máximo de dez anos; isto é, o ensino é obrigação do Estado e o seu exercício deve ser entendido como concessão estatal, vetando-se, desta forma, qualquer transferência de verbas públicas para instituições de ensino privadas. Garantia de no mínimo quatro horas diárias de escolaridade obrigatória, garantindo o padrão de qualidade, por meio de fiscalização e exigência de transparência por parte do poder público. Fica garantida também ao aluno a frequência facultativa de até quatro horas extras diárias, em escolas próximas à sua área de moradia, para estudos complementares orientados, atividades culturais e de organização das suas tarefas.

2. *Democratização da gestão do sistema escolar:* extinção do CFE [Conselho Federal de Educação], substituindo-o pelo Conselho do Desenvolvimento Educacional, que deve gerir, inclusive, a política integrada educação/desenvolvimento. Modernização da estrutura do Ministério [da Educação] visando à agilização das áreas de atuação. Controle democrático da rede pública e privada por meio de conselhos fiscalizadores e deliberativos nas esferas estaduais e municipais, observando rigorosamente a aplicação de recursos mínimos, exigidos na Constituição. Autonomia do ensino superior, conselhos de escola no ensino de primeiro e segundo grau e eleições diretas em todos os níveis.

3. *Estabelecimento do Padrão Nacional de Qualidade Educacional:* plano de carreira e de salários para educadores nos três níveis na rede pública e privada, formação e reciclagem obrigatória para docentes do primeiro e segundo grau, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (prioritariamente no 3º grau), condições mínimas de trabalho na rede pública e privada (instalações, material didático, número mínimo de alunos por sala de aula, reformulação da jornada de trabalho) e reforma curricular integrando todos os níveis de ensino.

4. *Política integrada de educação e desenvolvimento:* integrar as políticas setoriais (saúde, educação, habitação, trabalho etc.) no plano global das diretrizes socioeconômicas do governo, utilizando-se, dentre outras, das seguintes medidas:

integrar a rede formal de educação a sistemas de TV e rádio, formação e aperfeiçoamento na rede de ensino superior de profissionais especializados nas áreas de saúde, educação, habitação etc. Valorizar o trabalho como atividade criativa, em detrimento da situação atual, em que a competitividade internacional dita as condições de desenvolvimento do trabalho. Desenvolvimento científico e tecnológico prioritariamente nas universidades públicas.

5. *Implementação do Plano Educacional de Emergência*: recenseamento educacional nacional bianual, por meio de pesquisas participantes.

Realocação de recursos além dos liberados pela política de desprivatização do Estado e pela suspensão dos recursos públicos destinados à iniciativa privada.

Garantir o acesso da população a programas de alfabetização e de erradicação do analfabetismo funcional e ao 1º ano do primeiro grau, sem detrimento da manutenção e funcionamento normal dos restantes níveis de ensino, no prazo máximo de quatro anos.

IX- SALVAR A AMAZÔNIA, DEFENDER A VIDA

O governo do PT promoverá a revisão global do modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia brasileira, considerando-se os seus vários aspectos regionais, que tem sido responsável pela destruição da floresta, pelo desmatamento em larga escala, por mudanças irreversíveis no ecossistema, pela violência, mortes e prejuízos significativos às populações locais e povos indígenas.

O governo do PT considera a Amazônia brasileira parte integrante, inalienável, do território e do patrimônio nacional, cabendo-lhe, portanto, assegurar a plena soberania do País na região e determinar que iniciativas e investimentos possam servir à implantação de um novo modelo, não-predatório e que respeite os povos da floresta.

O nosso governo buscará coordenar ações com os países integrantes do Pacto Amazônico, buscando desenvolver iniciativas comuns para toda a região. Nesse sentido, o governo do PT agirá para criar reservas extrativistas, para rever toda a política de colonização, para instituir novas políticas minerais, energética e madeireira na região, garantindo ainda o domínio territorial e cultural da tradição e costumes das nações indígenas em seus territórios demarcados.

X- UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA

O governo do PT se orientará por uma política energética alternativa, que leve em conta as necessidades do desenvolvimento nacional e que esteja voltada para a preservação da segurança e da qualidade de vida dos brasileiros, do meio ambiente e dos recursos naturais do País. Nesse sentido, agirá para reorientar os atuais projetos de geração de energia, para reduzir drasticamente a desigualdade e o desperdício no consumo e para desenvolver fontes alternativas de geração de energia.

O governo do PT se oporá frontalmente a qualquer projeto de utilização de energia nuclear para fins militares, principalmente a bomba atômica. O novo governo

colocará sob controle civil toda a pesquisa e desenvolvimento de projetos na área nuclear. O domínio destas tecnologias será incentivado, mas com vistas ao desenvolvimento do País e com objetivos claramente definidos para a sociedade. O governo do PT incentivará, ainda, a pesquisa de novas tecnologias de domínio da energia atômica para fins pacíficos, bem como de todas as formas de aproveitamento energético adequadas à preservação do meio ambiente e à segurança da população.

O governo do PT cancelará o Acordo Nuclear com a Alemanha e o substituirá por uma nova política nuclear. Ao mesmo tempo, condicionará a operação da usina de Angra I e a conclusão da usina de Angra II a estudos de sua reciclagem para gás natural, por exemplo, além de um plano de emergência e de um sistema de segurança socialmente aceito; tudo isto mediante consulta popular e após ouvida a comunidade científica. Será sustada a construção da usina de Angra II e de outras centrais previstas.

O governo do PT agirá para solucionar o grave problema de demanda e geração de energia hidrelétrica. Para tanto, terá que refazer o Plano 2010 da Eletrobrás, criando um fórum para discutir as hidrelétricas na Amazônia, com a participação das comunidades indígenas, extrativistas e de cientistas, bem como promoverá uma ampla discussão sobre a necessidade e a viabilidade (econômica, ecológica e social) de outros projetos contidos no Plano 2010. Deverá levar em conta os custos econômicos, sociais e ecológicos das grandes obras hidrelétricas, reprogramando obras e priorizando a construção de hidrelétricas de pequeno e médio porte. O novo governo promoverá o aproveitamento de fontes alternativas e executará um rigoroso programa de conservação de energia.

XI- REFORMA URBANA E POLÍTICA HABITACIONAL

O governo do PT dará prioridade à melhoria da qualidade da vida urbana, hoje submetida a crescente degradação, expressa na crescente escassez de habitações, nos aluguéis exorbitantes, na precariedade dos transportes, na expansão das favelas, nos esgotos sem tratamento, nos níveis intoleráveis de poluição.

O governo do PT investirá maciçamente na construção de conjuntos e casas populares, garantindo o usucapião urbano, individual e coletivo (desde que comprovada a não-existência de outro imóvel e o prazo mínimo de cinco anos de comprovação de moradia), e no saneamento básico, redirecionando para esta finalidade os recursos do FGTS. Além de viabilizar os programas habitacionais, o governo atacará com firmeza a questão do uso do solo urbano, combatendo a especulação e a grilagem. Será também estimulada a construção de moradias para setores de renda média.

O transporte urbano e suburbano de massas será privilegiado, seja através do apoio a iniciativas estaduais e municipais, seja pelo estímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias e pelo financiamento das obras necessárias. A formulação e o gerenciamento dos projetos voltados para solucionar estes problemas contarão sempre com ampla participação popular.

O governo do PT perseguirá também a desconcentração geográfica da riqueza e da produção, valorizando as cidades pequenas e médias, com investimentos em infra-estrutura e estímulos à geração de empregos nestas localidades, providências básicas para conter a metropolização predatória das grandes cidades.

1- Controle democrático da gestão dos recursos do FGTS e de todos os fundos relacionados com o sistema financeiro da habitação.

2- Organização imediata de uma agência social de habitação e de desenvolvimento urbano, de âmbito nacional, com administração descentralizada e mecanismos claros de controle democrático por parte da população organizada em nível local.

3- Modificação das normas gerais do IPTU no Código Tributário Nacional, de modo a viabilizar uma tributação progressiva.

XII- POR UMA POLÍTICA EXTERNA SOBERANA

O governo do PT conduzirá suas iniciativas no plano internacional de acordo com uma política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos, pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não-ingerência em assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos.

O governo do PT mobilizará esforços para que o País ocupe, no cenário internacional, posição compatível com sua real dimensão econômico-social, geográfica, cultural. No âmbito da América Latina, se empenhará pela aplicação de uma política de integração econômica e cultural, procurando viabilizar a criação de um Parlamento Latino-Americano, que renove as relações de solidariedade entre os povos da América Latina. Apoiará o Tratado de Tlatelolco e defenderá a criação de zonas de paz na América Latina.

O governo do PT fará valer a importância da nação brasileira no cenário internacional, visando a implantação de uma nova ordem econômica mundial, que liquide as relações de subordinação e dependência da maioria dos países em relação aos mais ricos.

Nosso governo terá uma política antiimperialista e prestará solidariedade irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional, e a todos os movimentos em favor da luta dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo. O governo da Frente defenderá a luta dos povos oprimidos da América Latina e se posicionará contra qualquer ingerência e intervenção externas no Caribe. Dará apoio à luta do povo palestino pela criação de seu Estado independente, respeitando a existência do Estado de Israel. Não manterá relações comerciais, culturais ou de qualquer natureza (nem as estimulará direta ou indiretamente) com governos que pratiquem políticas racistas, como o regime do apartheid. O novo governo apoiará as iniciativas sinceras em defesa da paz e contra a corrida armamentista das grandes potências.

O governo do PT assumirá a defesa irredutível do meio ambiente e da Amazônia, ao mesmo tempo que exigirá, em nível internacional, uma política conseqüente de proteção ao meio ambiente, principalmente por parte dos países mais industrializados e da ação de suas empresas multinacionais, onde quer que atuem.

XIII- DEFESA DOS DIREITOS E CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

O governo do PT reafirma seu compromisso político fundamental com a classe trabalhadora, o que se expressa no seu programa e guiará sua ação. Os trabalhadores urbanos e rurais têm um papel primordial, não apenas como produtores da riqueza do País, mas também como cidadãos, de cujas lutas tem sempre dependido a ampliação da democracia e o progresso social.

O governo do PT defenderá a liberdade de organização sindical, a autonomia das organizações de massa dos operários e camponeses. Defenderá o direito de greve, cabendo aos próprios trabalhadores decidirem quando exercê-lo e para quais objetivos. Procurará fiscalizar, em conjunto com as entidades sindicais, a aplicação dos direitos sociais constitucionais e das leis trabalhistas. O governo do PT reconhecerá o direito de os trabalhadores participarem e controlarem a administração de fundos sociais e serviços como o FGTS e o INAMPS, a administração dos serviços públicos e do Estado, bem como a definição das prioridades econômicas e sociais do País.

Somente um governo em que os trabalhadores sejam reconhecidos nos seus direitos de participantes das decisões nacionais será um governo capaz de enfrentar os problemas sociais fundamentais, de lutar contra as desigualdades, a exploração e a miséria. O governo do PT, desta forma, estará comprometido com o futuro e a esperança.

Este é o nosso compromisso e o nosso convite. O Brasil nos pertence. Vamos tomá-lo de volta para nós e para nossos filhos. Só assim tornaremos este projeto real, fazendo com que se instale na mesa de cada família, se materialize nas moradias, escolas e hospitais, se transforme na escola de cada criança, vire a terra de cada trabalhador rural, apareça na segurança de todo pequeno produtor, se erga na realização do profissional especializado, se expresse na garantia ao aposentado de uma existência digna, se construa como emancipação das mulheres, igualdade entre as raças, sentido de vida para a juventude, esperança de uma Pátria para todos os brasileiros.

XIV- ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1- Questão agrária

O governo democrático-popular vai desenvolver um modelo agrícola adaptado às condições ambientais do País. Adotando-se um empreendimento abrangente do conceito de ambiente, isso significa uma agricultura que respeite as características do solo, clima, fauna, flora, recursos hídricos, sociais, antropológicos e históricos de cada parte ou região do nosso território. Isso implica fazer uma revisão crítica do

atual modelo agrícola, que é baseado no modelo norte-americano e nos seus preceitos tecnológicos. A máxima e a melhor tecnologia será incentivada: devemos ter clareza de que a melhor tecnologia não é aquela que exige necessariamente mais energia e mais capital, mas sim aquela que é mais eficiente, consumindo menos recursos e respeitando o ambiente.

A reforma agrária ecológica é exigência fundamental e estratégica, tanto da política agrícola como da política ambiental do governo popular, e pressuposto das reformas estruturais que vai realizar. Entendemos como reforma agrária e ecológica um conjunto de medidas que inclua, além da redistribuição fundiária, uma política de financiamento e incentivo à produção, voltada, em primeiro lugar, às necessidades do povo (comida, roupa, moradia, saúde etc.), à preservação ambiental, considerando os princípios do movimento brasileiro de agricultura alternativa, e priorizando as atividades associativas e cooperativas.

2- Questão urbana

A política urbana deve ser definida em conjunto com um processo de política agrícola que tem por base a reforma agrária. Estabelecer mecanismos de controle do crescimento das cidades que tenha por base a hierarquia destas, com suas funções locais e regionais específicas, de forma a permitir uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores, enfatizando o coletivo em relação ao individual e o cooperativo em relação ao competitivo, buscando, desta maneira, formas de romper com os padrões culturais da reprodução de capital.

A política urbana terá por objetivo enfatizar, do ponto de vista ecológico, soluções para as áreas de educação, saúde, alimentação, saneamento, reaproveitamento do lixo por meio de sua reciclagem e da produção do biogás a partir da matéria orgânica; o tratamento dos esgotos, retomando a política nacional de saneamento básico, com ênfase no tratamento dos efluentes industrial, hospitalar e doméstico, garantindo que os custos e a responsabilidade do seu tratamento sejam assumidos pelas fontes poluidoras; transportes – exigir melhoria do desempenho dos motores, redução da sua emissão de poluentes e priorizar a adoção de ônibus a gás ou elétricos; abastecimento de energia e habitação de acordo com os padrões climáticos brasileiros e poupadores de energia.

Dar início ao processo da reforma urbana, democratizando os espaços vazios e dando aos mesmos um uso social compatível com a ampliação da qualidade de vida da população. Ampliar a oferta de áreas verdes e de lazer de acordo com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde. Realizar a descentralização político-administrativa, incentivando o poder popular localizado.

3- Amazônia, Pantanal e Cerrado

A Região Amazônica é palco de agressões ambientais e sociais de toda ordem, desde a implantação de grandes projetos agropecuários, energéticos, devastação das florestas, poluição dos rios, até a violência aos trabalhadores rurais e aos indígenas. Propomos a revisão de todos os projetos já implantados ou a implantar; criação de um modelo de desenvolvimento específico para cada região,

criação de reservas extrativistas, reforma agrária e demarcação dos territórios indígenas.

O Pantanal, uma das maiores reservas biológicas do mundo, está ameaçado devido à devastação das matas, uso de agrotóxicos, mineração, a caça e a pesca predatórias. Como medidas para solucionar esses problemas, propomos o fim de todo projeto agropecuário que não leve em conta as características ambientais da região; revisão da política de turismo e dos projetos industriais e rodoviários.

O Cerrado, um ecossistema com enorme diversidade, sofre a ocupação desordenada da agropecuária e com a implantação de monoculturas mecanizadas. Propomos a suspensão dos referidos projetos, bem como dos seus incentivos fiscais; da monocultura e do desmatamento contínuo e a criação de reservas ecológicas; a proibição das queimadas e o incentivo à policultura.

4. Litoral, Mata Atlântica e Zona Costeira

Mais da metade da população habita nestas regiões e ali se encontra a maior parte da produção industrial. Devido a isto, os problemas ambientais são graves e de todo tipo. Propomos o redirecionamento da política de desenvolvimento; rígidos programas de controle ambiental; a criação de reservas e parques, com fiscalização adequada; reorganização da atividade da pesca, fiscalizando a pesca industrial e incentivando a pesca artesanal.

5. Mineração e garimpagem

Propomos a elaboração do Plano Nacional de Recursos Naturais, incluindo perspectivas, possibilidades e limites para estas atividades. Propomos a revisão dos grandes projetos mineradores, desenvolvendo rígido controle ambiental nas áreas já atingidas. Restrição máxima às pesquisas de mineração nas áreas indígenas. Criação de reservas garimpeiras, após estudos locais comprovando a ausência de danos ecológicos e econômicos. Não permitir a contaminação dos rios por mercúrio, sendo adotados, caso a caso, substitutos técnicos adaptados às necessidades de cada garimpo e região.

6. Agrotóxicos

Além dos riscos à saúde humana, o seu uso indiscriminado tem sérias implicações para o equilíbrio ambiental. Propomos constituir uma comissão técnica interministerial, aberta à participação popular, com o objetivo de rever todos os processos de licenciamento de importação, produção, comercialização e uso de agrotóxicos no País, segundo a legislação ainda em vigor em vários estados da União. Responsabilização dos produtores e/ou comerciantes de agrotóxicos por todos os danos ambientais e aos trabalhadores rurais e consumidores que venham a ser atingidos.